



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC-PI  
GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO - SEDUC-PI

Av. Pedro Freitas, S/N Centro Administrativo, Bloco D/F - Bairro São Pedro, Teresina-PI, <http://www.seduc.pi.gov.br>

Processo nº 00011.045375/2024-55

Teresina-PI, 06 de novembro de 2024

ANEXO I  
TERMO DE REFERÊNCIA

INFORMAÇÕES BÁSICAS:

EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Setor de Planejamento Licitação: Gerência de Planejamento da Contratação - GEP / Responsável: Leovidio Bezerra Lima Neto

Setor Demandante/Técnico: Superintendência de Gestão da Educação Básica e Superior- SUPES/ Viviane Holanda Barros Carvalho

Setor Administrativo: Unidade Administrativa - UNAD / Responsável: Maderson Amorim Dantas da Silva

1. DO OBJETO
- 1.1. O presente documento tem por objeto a realização de **PREGÃO**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na forma Eletrônica, para **contratação de empresa especializada na fornecimento de fardamentos escolares para atender às necessidades dos estudantes matriculados nas escolas da Rede Estadual de Ensino do Piauí, de modo a contemplar o Ensino Fundamental, Ensino Médio, Tempo Integral, EJA e Educação Profissional**, conforme as especificações, requisitos e quantidades estabelecidas neste termo. O procedimento será conduzido em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como com o Decreto Estadual nº 21.872/2023, e o Decreto Estadual nº 21.938/2023.
- 1.2. O objeto cuja licitação ora se solicita possui natureza de **serviço comum**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do artigo 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme art. 181 do Decreto Estadual nº 21.872/23.
- 1.4. O planejamento da contratação resultante do procedimento licitatório será realizado por meio do gerenciamento de ata de registro de preços, conforme **art. 4º do Decreto Estadual nº 21.938/2023** e do **art. 40 da Lei 14.133/2021**.
- 1.5. Ressalta-se que o quantitativo total de **761.658 (setecentos e sessenta e um mil, seiscentos e cinquenta e oito) fardamentos, correspondem a 507.772 (quinhentos e sete mil, setecentos e setenta e duas) camisetas e 253.886 (duzentas e cinquenta e três mil, oitocentas e oitenta e seis) calças, que serão distribuídos em kits constituídos por 01 calça e 02 camisas para cada estudante matriculado, conforme detalhado na tabela 01:**

TABELA 01 - DETALHAMENTO DO OBJETO

Objeto	Quantidade de Itens por Kit	Especificação do Item	Quantidade (und)	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Kit de Fardamento	01 calça e 02 camisas	Calça, confeccionada em malha tipo Helanca 100 % poliéster, modelo unissex, com 1 bolso tipo traseiro, cor conforme solicitada pelo órgão, tamanho sob medida. Conforme Anexo B.	253.886	R\$ 42,00	R\$ 10.663.212,00 (dez milhões, seiscentos e sessenta e três mil, duzentos e doze reais)
		Camisas (Juvenil), Camisa uniforme material 70% poliéster e 30% viscose tipo manga curta, tamanho variado, cor variada, tipo unissex, características adicionais sem bolso, logotipo do órgão estampado por processo silk- screen. Conforme Anexo A.	507.772	R\$ 23,99	R\$ 12.181.450,28 (doze milhões, cento e oitenta e um mil, quatrocentos e cinquenta reais e vinte e oito centavos)
Valor Total (R\$):					R\$ 22.844.662,28 (vinte e dois milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil seiscentos e sessenta e dois reais e vinte e oito centavos)

2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO
- 2.1. A aquisição de fardamento para os alunos matriculados nas escolas públicas estaduais de ensino fundamental, ensino médio, EJA e Educação Técnica e Profissional visa proporcionar identificação visual aos alunos na escola e comunidade escolar em geral, bem como apoio e proteção dos estudantes da rede, assim como a padronização e organização dentro do ambiente escolar. Ademais, seu uso desenvolve nos alunos o sentimento de pertencimento, fundamental no desenvolvimento psicossocial dos alunos. Logo, a aquisição de fardamento escolar caracteriza-se em investimento na educação pública estadual, por meio de ações promotoras de qualidade de vida escolar.
- 2.2. O quantitativo indicado neste instrumento, abrange o valor de **R\$ 22.844.662,28 (vinte e dois milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil seiscentos e sessenta e dois reais e vinte e oito centavos)**.

- 2.3. Com o fito de demonstrar que a aplicação dos benefícios materiais previstos nos arts. 47 e 48, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2004, na esfera estadual, o Decreto nº 16.212 de 05 de outubro de 2015 e Decreto Estadual nº 16.307 de 27 de novembro de 2015, o processo licitatório reservará cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.
- 2.4. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.
- 2.5. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.
- 2.6. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.
- 2.7. Com o estudo elaborado pela Unidade de Gestão Estratégica indicando a previsão de matrículas 2025, que utiliza um modelo estatístico ARIMA (1,1,0), ajustado com base em uma série temporal de 11 anos (2014-2024), estimou-se um total, considerando um intervalo de confiança de 95% aplicado num cenário estimado, de 253.886 (duzentas e cinquenta e três mil, oitocentas e oitenta e seis) matrículas.
- 2.8. É importante ressaltar que os intervalos de confiança são essenciais para assegurar que a aquisição do fardamento escolar atenda à demanda máxima potencial. As projeções foram baseadas em dados oficiais do INEP e contemplam uma série temporal de 11 anos (2014-2024), o que confere robustez e validade à análise.
- 2.9. Essa abordagem garantirá que a aquisição do fardamento escolar seja adequada e suficiente para atender às necessidades da rede estadual de ensino no próximo ciclo letivo.
- 2.10. **O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses**, contados da data de assinatura do contrato, prorrogável na forma da Lei nº 14.133/21.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. Conforme indicado nos Estudos Técnicos Preliminares, a solução que atende aos requisitos estabelecidos consiste na **contratação futura e eventual de empresa especializada na fornecimento de fardamentos escolares para atender às necessidades dos estudantes matriculados nas escolas da Rede Estadual de Ensino do Piauí, de modo a contemplar o Ensino Fundamental, Ensino Médio, Tempo Integral, EJA e Educação Profissional**, com a especificação contida no Anexo I deste Termo de Referência.

3.2. Esta aquisição se dará por Pregão Eletrônico do tipo menor preço por item, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021; Lei Estadual nº 7.482/2021; Lei Estadual nº 6.301/2013; Decreto Estadual nº 11.319/2004; Decreto Estadual nº 16.212/2015, Lei Complementar nº 123/2006 e subsidiariamente o Decreto Estadual 21.872/2023.

3.2.1. Amolda-se ao tipo de solução que se busca contratar, no caso concreto a aquisição de fardamentos, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no Edital para o Tipo de Solução que a Secretaria da Educação do Estado do Piauí - SEDUC/PI necessitar contratar, de acordo com o inciso II, Art. 3º da Lei estadual nº 7.482, de 2021.

3.2.2. A opção pelo registro de preços é justificada uma vez que, muito embora a execução do objeto pretendida envolve itens essenciais à atividade finalística da SEDUC/PI, não é possível definir de forma precisa a quantidade necessária do objeto, sendo imprevisível a demanda, que pode oscilar bastante em razão das peculiaridades do objeto quando se trabalha com variáveis que moldam o fenômeno em cenários futuros, como o aspecto social, ou seja, de engajamento da população para se matricular na rede pública de ensino, bem como da oferta do Poder Público para o atendimento de determinada demanda.

3.2.3. **Nos termos do Art. 10 do Decreto Estadual nº 11.319/2004, temos:**

**Art. 10 - O SRP será adotado preferencialmente nas seguintes hipóteses:**

**quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;**

**quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições;**

3.3. Deve-se considerar o ciclo de vida do objeto, ou seja, sua capacidade de refletir a vantagem da solução proposta. Nesse sentido, a presente aquisição está alinhada com as necessidades da área demandante, uma vez que a solução pode satisfazer completamente as necessidades da SUPES no que tange a gestão dos bens públicos assegurando um melhor gerenciamento desses objetos o que permite inclusive uma prestação de serviços públicos com melhor qualidade e mais eficiente.

3.4. Para concluir, no que tange a fase final do ciclo de vida dos itens que compõe o objeto, é importante destacar que:

- Os fardamentos são compostos por tecidos que, quando adequadamente cuidados, têm uma vida útil prolongada e podem ser reciclados, resultando em uma geração mínima de resíduos e impactos ambientais. Além disso, a escolha de materiais sustentáveis é essencial para minimizar os efeitos negativos. A empresa contratada deverá garantir a destinação correta dos resíduos gerados, em conformidade com a Lei 12.305/2010, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Assim, tanto os tecidos quanto os acessórios utilizados nos fardamentos poderão ser reciclados, contribuindo para a redução dos impactos ao meio ambiente;
- O item objeto dessa licitação é composto por porções de plástico, material esse que tem uma vida útil relativamente longa quando bem acondicionado e é passível de reciclagem, resultando em uma produção mínima de resíduos e impactos ambientais.

### 4. PARCELAMENTO DO OBJETO

#### 4.1. Do parcelamento:

No que diz respeito ao parcelamento da solução, o **artigo 40 da Lei 14.133/2021** nos traz um princípio a ser seguido quando da realização das licitações públicas. O referido artigo deixa claro que em tais contratações, é indispensável o atendimento ao princípio do parcelamento, vejamos:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

V - atendimento aos princípios:

a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

**b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;**

Ainda tratando, sobre esse princípio, o **§ 3º do artigo 40 da Lei 14.133/2021** dispõe sobre as situações onde o princípio do parcelamento não será utilizado, *in verbis*:

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

Portanto, de acordo com a legislação, para que se dê amplo cumprimento ao princípio do parcelamento, deve haver a satisfação cumulativa da "viabilidade técnica" e da "vantagem econômica". Em outras palavras, ambos os requisitos devem ser atendidos, para que o parcelamento seja utilizado..

Com base nisso, observa-se que no presente caso é possível tecnicamente proceder ao parcelamento dos itens que pretendem ser adquiridos.

Do ponto de vista da gestão de contratos, a utilização do referido princípio também é vantajosa, tendo em vista que, no presente procedimento, o parcelamento dos 02 (dois) itens, um voltado para ampla participação e outro para participação de microempresa e empresa de pequeno porte, traria **ampliação necessária** do atendimento do objeto contratado, passaria a ser fornecida por mais de uma empresa, gerando uma vantajosidade no fornecimento do objeto para a Administração Pública.

Na mesma esteira, adotar o princípio em comento se mostra mais vantajoso para contratação, levando em conta que a ampliação do espectro de fornecedores do mercado, no âmbito macro como também no âmbito de microempresas e empresas de pequeno porte, provando que:

- Das possibilidades de entrega de itens com especificações em conformidade ao objeto exigido;
- Padronização da qualidade dos bens que serão recebidos, haja vista o englobamento do objeto nos aspectos de marco participação e de participação exclusiva de ME/EPP;
- Facilidade no processo de troca/substituição dos itens que eventualmente tenham essa necessidade;
- Redução da probabilidade de entregas realizadas de forma assíncrona, o que prejudicaria o andamento das ações desenvolvidas pelo setor requisitante.

Portanto, fica claro que no presente certame é mais vantajoso proceder com o princípio do parcelamento dada as vantagens apresentadas.

Seguindo adiante, superada a questão do princípio do parcelamento, conforme já destacado, o objeto do presente certame consiste na aquisição de **apenas 02 (dois) itens**, motivo pelo qual, a licitação apenas poderá ser procedida por itens.

No que pese o processo em questão, apenas poder proceder por itens, face ao total do seu objeto consistir em um único item, vejamos o que dispõe o §1º do artigo 82 da Lei 14.133/2021, literalmente:

§ 1º O critério de julgamento de menor preço por grupo de itens somente poderá ser adotado quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica, e o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos deverá ser indicado no edital.

Corroborando com a legislação, destaca-se o que o Tribunal de Contas da União elenca, *in verbis*:

**SÚMULA TCU 247: É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global**, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

À luz desses dispositivos, é possível observar que o certame licitatório por itens é prática elementar nas licitações públicas, sendo disposto na legislação específica e corroborado seu entendimento pelo Tribunal de Contas da União.

Portanto, baseando-se na situação fática do presente certame, que consiste na aquisição em apenas 02 (dois) itens, sendo o primeiro de ampla concorrência e o segundo item para a cota reservada de 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, **na forma do art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123, de 2006**.

4.2. **Do tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte:**

Na realização deste procedimento licitatório, atendendo ao que disciplina a **Lei Complementar nº 123/2006**, acerca da participação de microempresas e empresas de pequeno porte, haverá a divisão do objeto nos termos da lei a fim de viabilizar a participação das empresas que se enquadrem nos padrões referidos.

A Lei acima mencionada afirma que os itens cujos valores estimados sejam de **até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**, serão destinados **exclusivamente** à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, na forma do **artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006**, enquanto aqueles que **ultrapassem os R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)** devem ser partilhados de maneira a permitir a participação não só das grandes empresas, mas também dos microempreendedores.

Ainda, o **artigo 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006**, determina que em certames para aquisição de bens de natureza divisível e nos quais o valor da aquisição exceda os valores estabelecidos, qual seja **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)** deverá ser estabelecida **cota reservada de até 25%** do objeto para a participação apenas das empresas que se enquadrem como micro e pequeno porte.

A referida medida decorre da obrigação de proporcionar tratamento diferenciado e simplificado a essas categorias empresariais, visando promover o desenvolvimento econômico e social em âmbito municipal e regional, bem como aprimorar a eficiência das políticas públicas e estimular a inovação tecnológica. Essa média se mostra necessária, não só para cumprir a legislação específica já destacada, bem como para assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes e a justa competição nos termos do artigo 11, II da Lei 14.133/2021.

4.3. **Do modelo de disputa:**

O modelo de disputa da licitação consiste em determinar como o objeto será apresentado para a fase externa do certame, particularmente na fase de lances, sendo caracterizado na formação por item, bem como do nível de participação, se de forma ampla ou de forma exclusiva de participação de microempresa e empresa de pequeno porte.

Assim, a definição do presente objeto da contratação apresenta uma característica de divisibilidade, cuja execução é passível de ser realizada por fornecedores diferentes, desde que cumpram as especificações técnicas do objeto.

Diante disso, o modelo considerado, dado a divisibilidade do objeto, é sua organização em um item para participação de ampla concorrência e outro item para cota reservada para microempresa e empresa de pequeno porte.

Assim, justifica-se a adoção deste modelo de disputa em **02 (dois) itens** por caracterizar uma vantagem descentralizada de licitação do objeto em ampla participação e, decorrido disso, num cenário, conforme atendimento obrigatório do **art. 48, I da Lei Complementar n. 123/2006**, de participação exclusiva de ME/EPP.

Dessa forma, a licitação se dará conforme a tabela abaixo:

TABELA 02  
ITEM 01 - AMPLA CONCORRÊNCIA

Objeto	Quantidade de Itens por kit	Especificação do Item	Quantidade (und)	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Kit de Fardamento	01 calça e 02 camisas	Calça, confeccionada em malha tipo Helanca 100% poliéster, modelo unissex, com 1 bolso tipo traseiro, cor conforme solicitada pelo órgão, tamanho sob medida, conforme modelo do <b>Anexo B</b> .	190.414	R\$ 42,00	R\$ <b>7.997.388,00</b> (sete milhões, novecentos e noventa e sete

Objeto	Quantidade de Itens por kit	Especificação do Item	Quantidade (und)	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
					mil, trezentos e oitenta e oito reais)
		<b>Camisas (Juvenil)</b> , Camisa uniforme material 70% Poliéster 30% Viscose, tipo manga curta, tamanho variado, cor variada, tipo unissex, características adicionais sem bolso, logotipo do órgão estampado por processo silk- screen, conforme modelo do <b>Anexo A</b> .	380.829	R\$ 23,99	<b>R\$ 9.136.087,71</b> (nove milhões, cento e trinta e seis mil, oitenta e sete reais e setenta e um centavos)
Valor Total (R\$):					<b>R\$ 17.133.475,71</b> (dezesete milhões, cento e trinta e três mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e setenta e um centavos)

TABELA 03  
ITEM 02 - COTA RESERVADA ME/EPP

Objeto	Quantidade de Itens por kit	Especificação do Item	Quantidade (und)	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Kit de Fardamento	01 calça e 02 camisas	Calça, confeccionada em malha tipo Helanca 100% poliéster, modelo unissex, com 1 bolso tipo traseiro, cor conforme solicitada pelo órgão, tamanho sob medida, conforme modelo do Anexo B.	63.472	R\$ 42,00	R\$ 2.665.824,00 (dois milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e vinte e quatro reais)
		Camisas (Juvenil), Camisa uniforme material 70% Poliéster 30% Viscose, tipo manga curta, tamanho variado, cor variada, tipo unissex, características adicionais sem bolso, logotipo do órgão estampado por processo silk- screen, conforme modelo do Anexo A.	126.943	R\$ 23,99	R\$ 3.045.362,57 (três milhões, quarenta e cinco mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta e sete centavos)
Valor Total (R\$):					R\$ 5.711.186,57 (cinco milhões, setecentos e onze mil, cento e oitenta e seis reais e cinquenta e sete centavos)

5. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1. **Do Fornecimento:**

- 5.1.1. Os produtos devem ser fornecidos em perfeitas condições (produtos novos, de primeiro uso, não remanufaturados conforme as especificações contidas neste Termo, no local designado, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.
- 5.1.2. Os produtos devem ser entregues conforme as quantidades estabelecidas nas **Tabelas 02 e 03 do ITEM 04**, deste Termo, de acordo com o ITEM em que tiver interesse.
- 5.1.3. No fornecimento dos itens objeto desta contratação, devem ser observados os requisitos de contratação descritos no **ITEM 09** deste instrumento.
- 5.1.4. Os itens fornecidos deverão se enquadrar aos padrões técnicos de qualidade, segurança e eficiência, podendo a CONTRATANTE exigir comprovações de tal enquadramento.

5.2. **Da Entrega:**

- 5.2.1. **Para a entrega do objeto pela contratada deverá ocorrer por meio de Kits, que deverão ser compostos por 1 calça e 2 camisas.**
- 5.2.2. A entrega do objeto pela Contratada deverá ocorrer em até 60 (sessenta) dias no quantitativo demandado por unidade.
- 5.2.3. O prazo de entrega obedecerá o seguinte cronograma:

QUANTITATIVO DE PEÇAS	PRAZO DE ENTREGA (contado da emissão da nota de empenho)
50% do total de cada item vencido	Em até 60 dias
Até 30% do total de cada item vencido	Em até 45 dias
Até 20% do total de cada item vencido	Em até 30 dias

- 5.2.4. A carga, o transporte, a descarga e a entrega dos itens que integram o objeto deste Termo, são de inteira responsabilidade do fornecedor

5.2.5. Os itens integrantes do objeto contratado deverão ser entregues em remessas parceladas, conforme definição em cronograma, no **Almoxarifado da SEDUC, no endereço Rua Gilbratar, n. 3230, bairro Dirceu I, CEP: 64.077-045, Teresina - PI, segunda a sexta-feira, no horário de 7h30min às 13h30min.**

5.2.5.1. O responsável pelo setor de Almoxarifado e patrimônio da SEDUC/PI receberá os bens objeto deste Termo de Referência, atestará e fiscalizará a qualidade dos itens entregues.

5.2.6. Caso não seja possível cumprir o prazo de entrega estabelecido, a parte contratada deve informar imediatamente à SEDUC/PI através dos canais de comunicação disponibilizados, como e-mail ou telefone. Esta comunicação deve ser feita com até **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência à data de entrega estipulada. A contratada deverá explicar os motivos que impedem o cumprimento do prazo inicialmente previsto, fornecendo a documentação adequada para comprovação. Neste caso, o prazo de entrega poderá ser prorrogado por até **10 (dez) dias**, a contar do término do prazo original.

### 5.3. Do Recebimento:

5.3.1. Os bens serão recebidos provisoriamente **no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, contados a partir da data de entrega do objeto e sua respectiva nota fiscal, pelo(a) responsável designado para acompanhar e fiscalizar o contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência e na proposta apresentada.

5.3.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.3.2.1. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e sujeito a aplicação das sanções legais

5.3.3. O aceite ou aprovação dos objetos pela SEDUC não exclui a responsabilidade civil nem a ético profissional do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade, bem como disparidades com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, verificadas posteriormente, garantindo-se a Secretaria de Estado da Educação, as faculdades previstas no Art. 18 da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;

5.3.4. O recebimento definitivo deverá ser efetuado no prazo de **até 15 (quinze) dias úteis**, contados da data do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado realizado por técnicos das Unidades Escolares de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, estando satisfeitas as condições abaixo:

- a) os produtos deverão ser entregues acompanhados da (s) respectiva (s) Nota (s) Fiscal (is) e da (s) Autorização (ões) de Fornecimento, as quais deverão discriminar os produtos, quantidades, marcas, preços unitários e totais;
- b) compatibilidade do material entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;
- c) EMBALAGEM INDIVIDUAL: Os itens deverão ser entregues devidamente higienizados e acondicionados individualmente em embalagens plásticas transparentes
- d) os uniformes, com as suas respectivas embalagens individuais, deverão ser empacotados em caixas de material reforçado devidamente fechadas, com a identificação do número do Pregão, nome da empresa fornecedora, do item e sua respectiva quantidade. As caixas devem ser resistentes a fim de evitar qualquer tipo de dano ao item durante as etapas referentes ao transporte, que assegurem o seu posterior uso em perfeitas condições. Não serão aceitas caixas amassadas e sem a identificação de forma clara.
- e) o Contratado deverá entregar os fardamentos conforme demanda de quantidade e tamanhos definidos pela Contratante.

5.3.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

## 6. VALOR MÁXIMO ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO

### 6.1. Valor total estimado para contratação:

6.1.1. O valor total estimado para a contratação foi de **R\$ 22.844.662,28 (vinte e dois milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil seiscentos e sessenta e dois reais e vinte e oito centavos)** conforme se pode vislumbrar na descrição dos valores unitários e global que se encontram especificados na **TABELA 1** deste Termo.

### 6.2. Parâmetros utilizados para a obtenção de preços e respectivos cálculos:

6.2.1. Durante o planejamento deste processo de contratação, foi conduzida uma extensa **pesquisa de mercado**, pautada nos princípios da eficiência e economicidade, com o objetivo de assegurar a alocação responsável dos recursos públicos. Esse procedimento visou alcançar a solução mais vantajosa tanto do ponto de vista econômico quanto em termos de eficácia para seu propósito, conforme evidenciado pelo **Parecer e Mapa de Preços. Id. (014913869)**

6.2.2. As pesquisas de mercado seguiram as diretrizes do **art. 46 do Decreto Estadual n. 21.872, de 07 de março de 2023**, que regulamenta o procedimento de pesquisa de preços nas contratações públicas do Estado do Piauí. Desse modo, o valor estimado para a contratação foi determinado utilizando a mediana dos dados pesquisados, com pelo menos três preços válidos obtidos em bancos de dados públicos. Além disso, foram consideradas as quantidades a serem contratadas, a potencial economia de escala e as particularidades do local de execução do objeto:

- I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;
- II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
- III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pela Administração Pública e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;
- IV - pesquisa em base oficial de notas fiscais eletrônicas.
- V - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

### 6.3. Classificação Orçamentária da despesa:

6.3. 6.3.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado do Piauí ou de Transferência Voluntária.

6.4. 6.3.2 A previsão orçamentária poderá contar com a seguinte programação:

- a) Apoio ao Educando – Ensino Fundamental;
- b) Apoio ao Educando – Ensino Médio;
- c) Expansão e Melhoria das Escolas de Educação de Tempo;
- d) Manutenção da Rede de Educação Técnico-Profissional;
- e) Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos.

6.5. A natureza da despesa poderá ser com a utilização do código 33.90.30, aquisição de material de consumo, ou outra a ser avaliada pela Unidade Financeira - UFIN desta Secretaria.

## 7. MODALIDADE DE LICITAÇÃO

7.1. A contratação será efetuada por meio de procedimento licitatório na modalidade de **PREGÃO, para REGISTRO DE PREÇOS realizado de forma eletrônica**, adotando o critério de julgamento **MENOR PREÇO**, modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, em conformidade com as disposições da **Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 21.872/2023**.

7.2. O objeto da licitação solicitada se caracteriza como comum, haja vista que sua especificação técnica se baseia com o levantamento de mercado realizado, assim definindo com padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, utilizando especificações usuais de mercado, o que se classifica como **bens comuns** conforme o Art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

7.3. Conforme estabelecido pela mesma legislação, o **art. 6º, inciso XLI**, determina que o pregão é a modalidade de licitação obrigatória para a aquisição de bens comuns. Além disso, o Art. 29 reforça que o pregão deve ser adotado sempre que o objeto em questão possuir critérios de desempenho e qualidade que possam ser claramente definidos pelo instrumento convocatório, por meio de especificações usuais de mercado.

7.4. No que diz respeito ao **Critério de Julgamento**, conforme destacado pelo **art. 83, inciso I, do Decreto Estadual nº 21.872/23**, na modalidade pregão será obrigatoriamente adotado o de **menor preço por item**.

7.5. Desse modo, considerando que o objeto a ser contratado se enquadra na categoria de serviço comum, a modalidade PREGÃO, na forma eletrônica, do tipo menor preço, é a mais adequada para a contratação em questão, conforme perfeitamente alinhado com a legislação mencionada anteriormente.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### 8.1. Critérios de aceitação da proposta:

8.1.1. A **proposta deverá ser acompanhada de catálogos e/ou de manuais**, com a descrição clara, precisa e detalhada do objeto por meio de descrição das especificações técnicas que possam ser aferidas com base nas informações exigidas deste instrumento, **sob pena de desclassificação**.

8.1.2. Os requisitos que deverão constar na proposta de preços são:

- a) Ser redigida em língua portuguesa e assinada representante legal da licitante;
- b) Não apresentar rasuras, ressalvas, emendas, acréscimos e entrelinhas, deixando claro a inexistência de proposta alternativa;
- c) Conter dados do licitante: razão social, número do CNPJ, nome, endereço completo, número de telefone para contato, sítio da Internet, se houver, endereço eletrônico, banco, números da agência e conta corrente;
- d) Indicar nome do representante legal (sócio administrador ou procurador habilitado), juntamente com a documentação pessoal (RG/CPF) e endereço;
- e) Descrever as especificações técnicas do objeto, com apresentação de marca, modelo, quantidades, valores unitários e totais;
- f) Apresentar prazo de validade e condições de garantia de fornecimento do objeto;
- g) Declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8.1.3. Os **catálogos e/ou manuais** deverão estar na versão em língua portuguesa, que demonstrem as especificações técnicas do objeto, como marca, modelo, fabricante, procedência, natureza dos materiais, componentes, dimensões, modelos, funcionalidades e imagens ou desenhos de estruturas, conforme estabelecido no Art. 31 do Código de Defesa do Consumidor.

8.1.4. Não serão admitidos catálogos em língua inglesa, espanhol, francês ou ainda catálogos em línguas, alfabetos ou ideogramas diferentes do alfabeto latino do padrão ISO, **sob pena de desclassificação**.

8.1.5. Os valores apresentados na proposta deverão estar em moeda nacional (Reais - R\$) em algarismo, com duas casas decimais.

8.1.6. No valor da proposta deverão estar contempladas todas e quaisquer despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto desta licitação, não ultrapassando os valores máximos estabelecidos por este instrumento.

8.1.7. Após o final da etapa de lances, o licitante classificado em primeiro lugar deverá encaminhar proposta readequada de preços, em arquivo único, no prazo fixado em edital.

8.1.8. A proposta comercial terá validade mínima de **90 (noventa) dias**, a contar da data da abertura da sessão pública.

8.1.9. A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições estabelecidas neste instrumento.

8.1.10. A Secretaria poderá exigir a apresentação de 01 (uma) plaqueta modelo para conferência pela área requisitante, nos termos do artigo 41, II, da Lei de Licitações.

8.1.10.1. Tal medida se mostra necessária para garantir a fidelidade entre as especificações do item constante no Termo de Referência e o objeto que efetivamente será entregue pela empresa contratada.

### 8.2. Habilitação:

8.2.1. As exigências de **habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista** são padrão para a generalidade dos objetos licitados e estão devidamente regulamentadas no **edital**, conforme o padrão estabelecido pela Procuradoria Geral do Estado do Piauí.

### 8.3. Qualificação econômico-financeira:

8.3.1. Os Critérios de qualificação econômico-financeira que o fornecedor deve atender estão especificados no **edital**.

### 8.4. Capacitação técnica:

8.4.1. O fornecedor deverá atender aos seguintes critérios de qualificação técnica:

8.4.1.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.4.1.2. A parcela de relevância para a comprovação técnica da licitante será de **10% (dez por cento)** do quantitativo total do(s) item(s) de participação.

8.4.1.3. Os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas: nome do emissor do atestado, indicação do endereço, do CNPJ, descrição dos serviços executados, quantidade, valor, local e período execução.

8.4.1.4. A licitante deverá apresentar no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante realizado o fornecimento do objeto ou de características similares iguais ou superior, sendo compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste termo de referência.

8.4.1.5. A licitante poderá apresentar tantos atestados de capacidade técnica quantos julgar necessários para comprovar que já forneceu objeto semelhante ao deste Termo de Referência, destacando-se a necessidade desses atestados demonstrarem que o interessado forneceu anteriormente, pelo menos, o quantitativo acima citado.

8.4.1.6. Serão consideradas inabilitadas as propostas das empresas que deixarem de apresentar a documentação solicitada ou apresentarem-na com vícios em partes essenciais e não atenderem a quaisquer dos requisitos exigidos para habilitação.

8.4.1.7. A exigência pela apresentação de atestados técnicos no percentual descrito se faz necessário para resguardar a Administração Pública no sentido de garantir a execução do contrato e, consequentemente, atender as demandas da SEDUC-PI e tal exigência não compromete a competitividade do certame.

8.4.1.8. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.4.1.9. A composição mínima de aferição da expertise do fornecedor se comprova como suficiente para a finalidade do objeto da contratação, com base no art. 67, §§ 1º e 2º da Lei n. 14.133/2021.

#### 8.5. Da Subcontratação:

8.5.1. Considerando o art. 122 da Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre subcontratação de partes da obra, do serviço ou do fornecimento e observando a determinação do art. 36, XXIII, do Decreto estadual nº 21.872/23, tem-se que:

8.5.2. O objeto desta contratação, cujas especificações e características estão elencadas neste Termo de Referência, trata-se de prestação de serviços comuns para fornecimento de bens comuns, de valor pouco expressivo, disponibilizados pelos fabricantes por meio de condições de comercialização usuais de mercado, sem peculiaridades significativas ou complexidade na execução contratual.

8.5.3. Portanto, com base nessas considerações, conclui-se que o dimensionamento do objeto é adequado para permitir que licitantes, de forma individual, possam participar e cumprir integralmente as exigências estabelecidas para a prestação do serviço.

8.5.4. Desse modo, compreende-se que empresas especializadas no setor, atuando de forma independente, possuem as condições necessárias, incluindo capacitação e aptidão técnica, para executar satisfatoriamente o objeto. Por estes motivos, fica **vedada a subcontratação no todo ou em parte, do objeto contratado**.

## 9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 9.1. Requisitos do Objeto:

9.1.1. A CONTRATADA deverá fornecer todos os itens integrantes do objeto da presente contratação em conformidade com as especificações estabelecidas na **TABELA 1 do ITEM 3** deste Termo de Referência e ainda:

9.1.1.1. Quantidade: conforme Tabela 02 e 03 do item 04, em conformidade com a participação nos itens que forem de seu interesse;

9.1.1.2. Os produtos que por sua condição contiver certificações e normatizações estabelecidas pelos órgãos regulamentadores, poderão ter sua comprovação exigida.

9.1.2. Todos os itens integrantes do objeto, devem ser fornecidos com qualidade igual, similar ou superior às especificações exigidas, para atender as demandas que ensejaram o presente certame.

9.1.3. Em conformidade com o artigo 42 da Lei 14.133/2021 esta contratação poderá exigir prova de qualidade dos produtos apresentados pelos proponentes, a qual será admitida, conforme decisão da SEDUC-PI, por qualquer um dos seguintes meios:

I - comprovação de que o produto está de acordo com as normas técnicas determinadas pelos órgãos oficiais competentes, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), por outra entidade credenciada pelo Inmetro, ou certificadora específica do objeto;

II - declaração de atendimento satisfatório emitida por outro órgão ou entidade de nível federativo equivalente ou superior que tenha adquirido o produto;

III – certificação, certificado, laudo laboratorial ou documento similar que possibilite a aferição da qualidade e da conformidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, emitido por instituição oficial competente ou por entidade credenciada.

9.1.4. Quando disponíveis no mercado e não tecnicamente ou economicamente inviável, a CONTRATADA, deverá priorizar utilização de materiais biodegradáveis, bem como priorizar o emprego de tecnologia e matérias primas sustentáveis.

### 9.2. Da Garantia manutenção e assistência técnica

9.2.1. O Contratado deverá assegurar prazo de **garantia contratual dos bens de 12 (doze)**, comportando a garantia legal do produto e a complementar, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, conforme o estabelecido:

9.2.1.1. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

9.2.1.2. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

9.2.2. Os materiais/produtos/peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos dos materiais/produtos/peças utilizadas na fabricação do equipamento.

9.2.3. Uma vez notificado, o contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **30 (trinta) dias úteis**, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências do contratante pelo contratado ou pela assistência técnica autorizada.

9.2.3.1. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do contratado, aceita pelo contratante.

9.2.4. Na hipótese do 4.7.2, o contratado deverá disponibilizar produto ou equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

9.2.5. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do contratante ou a apresentação de justificativas pelo contratado, fica o contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

9.2.5.1. Quaisquer reparos, modificações e substituições decorrentes de defeitos oriundos do processo desde a fabricação até a efetiva aplicação/utilização pela SEDUC-PI, não interrompem nem prorrogam o prazo de garantia original contado a partir da data da entrega do material/equipamento.

9.2.5.2. Eventuais custos de mão de obra e materiais para reparação ou substituição serão assumidos pela contratada.

9.2.5.3. Independentemente da condição do fornecedor na cadeia de suprimentos, qual seja: distribuidor, e/ou revendedor, e/ou fornecedor, e/ou representante, e/ou fabricante, as solicitações de intervenções em garantia deverão ser feitas diretamente à CONTRATADA.

9.2.5.4. Caso a garantia seja acionada, todos os custos para solucionar o problema serão de responsabilidade da contratada.

9.2.6. O custo referente ao transporte dos bens ou equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do contratado.

9.2.7. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual

9.2.8. Os produtos que tenham prazo de validade determinada devem ser fornecidos com validade mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do dia da entrega no órgão, quando não especificada no termo de referência, ou conforme prazo do fabricante.

### 9.3. Requisitos mínimos de segurança

9.3.1. A CONTRATADA deve executar o objeto do certame em estreita observância as disposições da lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

9.3.2. Quando aplicável, a CONTRATADA, deve executar o objeto do presente Termo de Referência em consonância com as Normas Regulamentadoras do Governo Federal.

9.3.3. A CONTRATADA, deve observar rigorosamente, todas as normas e procedimentos de segurança implementados quanto ao transporte, instalação e acondicionamento quando aplicável ao caso.

9.3.4. A CONTRATADA, deverá manter-se durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.3.5. A CONTRATADA, deverá responder integralmente, por perdas e danos que vier a causar a CONTRATANTE, a usuários participantes ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

9.3.6. Não efetuar, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade para outros, sejam, fabricantes, técnicos ou quais outros.

9.3.7. A CONTRATADA deverá responder por todo os ônus referentes ao fornecimento ora contratado, tais como fretes, impostos, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes do objeto e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela SEDUC-PI

### 9.4. Requisitos de sustentabilidade

9.4.1. Os materiais fornecidos pela empresa contratada deverão observar os critérios de sustentabilidade, optando por aqueles que possuam reduzido gasto de energia e de recursos naturais, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos e o consumo excessivo de energia.

9.4.2. Priorizar bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2, bem como priorizar o emprego de tecnologias e matérias-primas sustentáveis para execução e operação do objeto.

9.4.3. Os bens não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

9.4.4. Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

9.4.5. A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis se for o caso, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho. Esta também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, advindos da contratação, removendo e promovendo a devida destinação.

9.4.6. Deverá a contratada adotar boas práticas de sustentabilidade e consciência ambiental, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, quando do fornecimento dos produtos a serem adquiridos, tais como uso racional de água, economia de energia elétrica, economia de materiais, separação de resíduos e materiais recicláveis.

9.4.7. A contratada deverá observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares, que poderá ser exigido pela SEDUC-PI;

9.4.8. Nos termos do art. 33 da Lei nº 14.133/2021, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, dos seguintes produtos:

I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, ou em normas técnicas;

II - pilhas e baterias;

III - pneus;

IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;

V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;

VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

## 10. DA AMOSTRA

10.1. Após o encerramento da fase de habilitação o Pregoeiro poderá solicitar o envio da amostra à licitante classificada em primeiro lugar.

10.2. A empresa deverá encaminhar a amostra no prazo **de até 10 (dez) dias corridos contados a partir da solicitação**, para a **sede da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC-PI, localizada na Av. Pedro Freitas, S/N Centro Administrativo, Bloco D/F - Bairro São Pedro, Teresina/PI, CEP 64018-900.**

10.3. Visando confrontar com o proposto nas especificações exigidas neste Termo de Referência, em especial no que diz respeito à qualidade. As amostras devem estar devidamente lacradas, contendo os dados da licitante, dados do Pregão e a identificação do ITEM, podendo acontecer a entrega com o acompanhamento de representante da licitante.

10.4. Juntamente com as amostras do ITEM, os licitantes deverão apresentar os Laudos essenciais para averiguação de que está sendo adquirido um produto com as características e indicação da composição têxtil correta. Os laudos devem ser emitidos no ano vigente e no nome do fabricante e por laboratórios têxteis credenciadas e acreditados ao INMETRO com acreditação do laboratório.



10.5. **As licitantes deverão fornecer os itens do uniforme escolar em pacote/caixa fechada e selada para fim de análise pela equipe técnica SEDUC/PI, contendo 01 (uma) CALÇA e 01 (uma) CAMISA, ambas no tamanho G, conforme detalhamento e medidas estabelecidas nos Anexos I e II.**

10.5.1. A amostra deverá ser identificada com o número do Pregão, o ITEM, nome e CNPJ da licitante, devendo ainda estar acompanhada de declaração da licitante garantindo que entregará os itens produzidos em grande escala de acordo com a amostra apresentada.

10.5.2. Juntamente com as amostras deverão ser entregues laudos efetuados em laboratório acreditado pelo INMETRO, que comprove as especificações exigidas de com acordo com as tabelas de laudos solicitadas nos Anexos I e II. O custo referente aos laudos acima será por conta do licitante vencedor. A não apresentação das amostras, bem como os laudos abaixo mencionados, acarretará em desclassificação da licitante, sendo convocada as licitantes remanescentes em ordem de classificação.

10.5.3. A amostra não fará parte do quantitativo a ser entregue após a contratação, e não será devolvida à licitante se for aprovada, pois servirá de parâmetro para análise dos itens entregues em grande escala, sem que haja custo algum para a contratante.

10.5.4. Caso a amostra não seja apresentada dentro do prazo estabelecido ocorrerá a imediata desclassificação da licitante, ou caso não seja aprovada após análise, o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ofertada pelas licitantes classificadas em segundo lugar, e assim sucessivamente, chamando-as a apresentar amostras, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência e seus anexos.

10.5.5. O prazo máximo para a análise das amostras será de 02 (dois) dias úteis, onde a equipe técnica da área demandante da SEDUC – PI, procederá a avaliação e emitirá parecer, onde reserva-se no direito de realizar diligências para os esclarecimentos que se fizerem necessários para o julgamento.

10.6. Será rejeitada a amostra que:

- a) não esteja devidamente identificada;
- b) estiver desacompanhada de declaração da licitante de que entregará os produtos de acordo com a amostra apresentada;
- c) apresentar características divergentes e/ou parâmetros de qualidade inferiores ao especificado no Termo de Referência.

10.7. 10.6. Os critérios para análise da amostra, são:

- I - Verificação de resistência no acabamento, bem como qualidade e boa aparência;
- II - As placas deverão ser confeccionadas em alumínio, conforme as medidas especificadas da **Tabela 1** deste termo;
- III - Será observada a qualidade da impressão das placas e o revestimento das mesmas, em resina;
- IV - Verificar através da análise das peça, se as mesmas apresentam as cores solicitadas e mantem um padrão para todos os itens;
- V - Verificar a aderência da fita adesiva, utilizada para a aplicação nos bens catalogados;
- VI - Será observado se o brasão do Governo do Estado, bem como a sequência numérica e o código de barras estarão legíveis, tanto na leitura humana (visual) quanto na leitura ótica (código de barras);

10.8. **Justificativa para Exigência de Amostra:**

10.8.1. O objetivo primordial é aferir se as características do que foi proposto pelo licitante correspondem às especificações técnicas previamente estabelecidas pela Administração Pública. Por meio dessa avaliação, é possível verificar os parâmetros de qualidade em consonância com as especificações delineadas no Termo de Referência e na proposta vencedora;

10.8.2. No que tange à análise de amostras, esta deve se pautar exclusivamente em critérios objetivos, isentando-se de qualquer subjetividade. A responsabilidade pela avaliação das amostras recai sobre a equipe técnica da Secretaria de Estado da Educação do Piauí (SEDUC/PI). No contexto de Pregão, a exigência de amostras deve restringir-se ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar. Neste caso, a equipe técnica da SEDUC/PI procederá com a avaliação da amostra, e caberá ao pregoeiro a decisão fundamentada sobre a aceitabilidade dos itens. Esta prática encontra respaldo no artigo 38 do Decreto Estadual nº 21.872/2023 e no § 3º, artigo 17 da Lei nº 14.133/2021.

## 11. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

11.1. O procedimento de contratação obedecerá as seguintes etapas:

11.1.1. Formalização do processo administrativo, com a inclusão da motivação inicial, ata de registro de preços assinada, extrato de publicação da ata de registro de preços, termo de referência e minuta de contrato;

11.1.2. Documentos de Habilitação da(s) Empresa(s);

11.1.3. Quadro de Formalização de Pedidos;

11.1.4. Liberação da Contratação;

11.1.5. Dotação orçamentária;

11.1.6. Autorização da SEFAZ;

11.1.7. Formalização do contrato, com assinatura, publicação e cadastro no TCE;

11.1.8. Emissão de NOTA DE EMPENHO;

11.1.9. Análise do SINICIN;

11.1.10. Execução contratual pelo Setor Responsável:

- Emissão da ORDEM DE SERVIÇO.
- Envio para empresa das peças da contratação: Contrato, Ordem de Serviço, Nota de Empenho e Portaria de Gestor e Fiscais;
- Reunião com a empresa contratada para o planejamento das ações do contrato;
- Solicitação de amostras para fins de análise do objeto antes da confecção do montante;
- Demais procedimentos do Modelo de Execução do Contrato.

11.2. O procedimento de fiscalização obedecerá as seguintes rotinas:

11.2.1. Será nomeada equipe formada por no mínimo 01 (um) Gestor e (03) Fiscais do contrato, para acompanhar a execução, nos moldes do artigo 117 da lei 14.133/2021:

"§ 1º O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados."

"§ 2º informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência

11.2.2. O fiscal verificará se os itens estão em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, com especial atenção à **Tabela 01 do item 03**, além dos requisitos de contratação descritos no **ITEM 9** e das disposições previstas no modelo de execução do objeto, conforme o **ITEM 5** deste documento;

11.2.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei n. 14.133/2021;

11.2.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.2.5. As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas no Capítulo I do Título IV da Lei n. 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas no Contrato.

## 12. DAS GARANTIAS.

### 12.1. Garantia da proposta

12.1.1. A garantia da proposta é necessária ao presente objeto haja vista salvaguardar a Administração quanto as propostas ofertas no curso da disputa licitatória, de modo que seja exigido licitante, a garantia mínima de cumprimento da proposta.

12.1.2. A Nova Lei de Licitações trouxe tal possibilidade, conforme se observa:

Art. 58. Poderá ser exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação.

§ 1º A garantia de proposta não poderá ser superior a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação.

12.1.3. Da mesma forma, a exigência de garantia de proposta não se trata de medida restritiva a competitividade, posto que além de ser uma faculdade legal estampada no art. 58 da NLL, também se coaduna como procedimento basilar no curso da escolha da melhor proposta, garantindo que a Administração possa realizar a melhor escolha para a sua necessidade.

12.1.4. É nesse sentido como vem entendendo a Doutrina, dentre estes, citamos as exposições enfáticas de Joel de Menezes Niebuhr, nesses termos:

“pressupõe-se que, se o licitante não tem condições de oferecer garantia limitada a 1% do valor estimado do contrato, ele não tem condições econômico-financeiras de executá-lo”

12.1.5. Assim como, Ronny Charles :

“Por conta de tudo isso, entendemos que a garantia de proposta como requisito de pré-habilitação pode ser um excelente instrumento capaz de regular positivamente a licitação, a fim de desestimular a participação de licitantes irresponsáveis e aventureiros, preservando o interesse público e, consequentemente, salvaguardando a obtenção da vantajosidade.”

12.1.6. Ante o exposto, considerando a ausência de prejuízo a competição, assim como, a cautela administrativa e zelo ao erário, a mencionada garantia será exigida pela sua necessidade, em até 1% (um por cento) do valor estimado da licitação, o que corresponde ao valor estimado de **R\$ 228.446,62 (duzentos e vinte e oito mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e sessenta e dois centavos)**.

### 12.2. Garantia do contrato

12.2.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% do valor inicial da contratação, nos termos consignados na Nova Lei de Licitações, qual seja:

Art. 98. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.

12.2.2. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

12.2.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

## 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DO CONTRATO

13.1. O prazo de vigência contratual é de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura do contrato, na forma prevista art. 105 da Lei 14.133/2021.

13.2. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contado a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que por acordo entre as partes e comprovado o preço vantajoso, nas mesmas condições e quantidades ou valores remanescentes.

13.3. O prazo de execução do contrato será de até **60 (sessenta) dias**, com entrega **parcelada**, a partir do recebimento pela Contratada da **ORDEM DE SERVIÇO e da NOTA DE EMPENHO**.

13.3.1. Poderá haver aplicação de garantia de execução para os contratos da ata de registro de preços, conforme as seguintes condições:

13.3.1.1. A SEDUC estabelecerá na Parte Específica do contrato a necessidade ou não da garantia contratual e, no caso de sua exigência, o percentual a ser aplicado.

13.3.1.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - Seguro-garantia;

III - Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV - Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

13.3.1.3. No prazo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério da Contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá prestar **garantia contratual**, correspondente a **até 5% (cinco por cento)** sobre o valor do contrato, em conformidade com o disposto no art. 98 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.3.1.4. Caso a contratada opte pelo seguro-garantia, o prazo para prestação da garantia será no **mínimo de 1 (um) mês** anteriormente à assinatura do contrato, conforme art. 96, § 3º, da Lei n. 14.133/2021.

13.3.1.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta apresentada no contrato.

13.3.1.6. Nas contratações de serviços e fornecimentos contínuos com vigência superior a 1 (um) ano, assim como nas subseqüentes prorrogações, será utilizado o valor anual do contrato para definição e aplicação dos percentuais previstos no contrato.

13.3.1.7. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

13.3.1.8. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

13.3.1.9. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições estabelecidas neste Termo e na **Parte Específica, item 8.1** do contrato.

13.4. Poderão participar desta licitação **consórcio de empresas**, nos termos do **ITEM 3.3. do Edital**.

13.5. As condições referentes ao **pagamento, reajuste, obrigações da contratante e da contratada e rescisão** estão especificadas no Termo de Contrato, conforme o padrão estabelecido pela Procuradoria Geral do Estado do Piauí.

13.6. Pela inexecução parcial ou total das condições pactuadas, garantida a prévia defesa, ficará a contratada sujeita às **sanções administrativas previstas no Edital**, conforme o padrão estabelecido pela Procuradoria Geral do Estado do Piauí.

13.7. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Estadual nº 21.872/2023 e demais normas federais e estaduais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

13.8. Fica eleito o foro da Comarca de Teresina (PI), como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas desta contratação.

#### ANEXO A MODELO DA CAMISA



Camiseta de mangas curtas, confeccionada em estrutura meia malha, tecido principal na cor branca, composição de 70% Poliéster 30% Viscose (tolerância aceitável de +/- 3 pontos percentuais), com gramatura de 170 g/m<sup>2</sup> (±5%), resistente ao estouro pressão média 10,97 kgf/cm<sup>2</sup>, fio redondo, título do fio ne: 25,75 / tex: 22,95 / Dtex 229,53 / DENIER 206,58, com 8,54s de hidrofiliidade, espessura de 0,47mm, no máximo 1% de umidade, solidez da cor a lavagem doméstica com alteração mínima de 4, solidez da cor ao suor alteração mínima 4 tanto para Ácido quanto Alcalino, solidez da cor a fricção com resultado mínimo 5 para Seco e úmido tanto para o comprimento quanto a largura, solidez da cor à água com alteração mínima 5, solidez da cor a ácidos e álcalis alteração mínimo 4, solidez da cor a ação do ferro de passar a quente com alteração imediata de no mínimo 4, tecido com classificação 50+ UV.

Mangas raglan na mesma cor da camisa, em estrutura meia malha na mesma composição do tecido principal. Acabamento da gola em malha sanfonada tipo ribana 1x1, com composição 70% Poliéster, 28,5% viscose e mínimo de 1,5% Elastano (± 3 pontos percentuais, observando o mínimo de 1% elastano), com gramatura de 220 g/m<sup>2</sup> (±5%); com 180 (s) de hidrofiliidade, resistente ao estouro em uma pressão média de 7,84 kgf/cm<sup>2</sup>, Solidez da cor a Ação do Ferro de Passar à quente com alteração após condicionamento de no mínimo 4, Solidez da cor à água com alteração mínimo 4, Solidez da cor à luz artificial (xenônio) com alteração mínimo 6, Solidez da Cor ao Suor alteração mínimo 4, fio NE 25,93, TEX 22,80, Dtex 228,00, DENIER 205,20, com espessura de 0,70mm, fio redondo, com dois centímetros de largura, rebatidos em máquina galoneira duas agulhas, bitola estreita, na cor branca.

As listras representadas na imagem acima devem seguir as cores da identidade visual do governo do Estado, com as codificações seguintes :

I - Azul: **PANTONE: P 104-16 C** (CMYK: 100 / 80 / 0 / 0 RGB: 3 / 78 / 162 HEXADECIMAL: #034ea2);

II - Amarelo: **PANTONE: P 10-8 C** (CMYK: 0 / 30 / 100 / 0 RGB: 253 / 185 / 19913 HEXADECIMAL: #fdbb);

- III - Vermelho: **PANTONE: P 45-8 C** ( CMYK: 0 / 90 / 100 / 0 RGB: 3 / 78 / 162 HEXADECIMAL: #ef4123);
- IV - Verde: **PANTONE: P 146-6 C** ( CMYK: 80/ 0 / 100 / 40 RGB: 0 / 121 / 50 HEXADECIMAL: #007932).

Na frente da camiseta, no lado esquerdo, na altura do peito, deverá ser aplicado o brasão do Estado do Piauí, com as medidas de: brasão 8cm de largura, sendo esse aplicado pelo processo de impressão automática de tinta. Na parte de trás da camiseta, deve ser inserida a logo da Secretaria Estadual de Educação, conforme modelo apresentado acima.

As barras do corpo e das mangas devem ser rebatidas com largura de 2,0cm e costuradas em máquina galoneira de duas agulhas. Deve ser costurada internamente com máquina overlocke.

Na parte traseira interna da gola deve ser aplicado um viés do mesmo tecido do corpo da camiseta, costurado e rebatido em máquina reta.

No meio da parte traseira interna da gola, deverá ser costurada uma etiqueta em tecido tipo tnt, na cor branca, com os caracteres tipográficos dos indicativos na cor preta, devendo ser uniformes e informar a razão social, CNPJ, composição do tecido, símbolos de lavagem, tamanho, ano e país de fabricação.

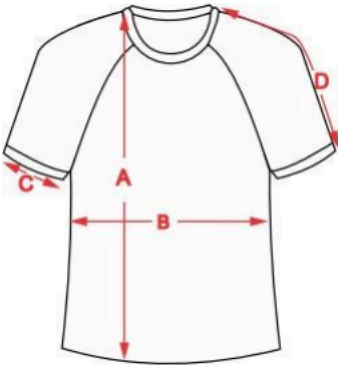
A tolerância de variação na gramatura poderá ser de até 5%; e nas medidas de até 1,0cm. a linha utilizada para a confecção é 100% poliéster nº 120.

Todas as peças deverão ser embaladas separadamente em sacos plásticos transparentes. a peça deve estar isenta de qualquer defeito que comprometa a sua apresentação.

A imagem acima é meramente ilustrativa, podendo a Administração Pública realizar alterações no modelo, adequando-o à sua identidade visual, incluindo cor, logotipo e formato. As amostras e laudos devem, contudo, seguir rigorosamente o modelo e as especificações previstas no termo de referência do edital.

Juntamente com a amostra no tamanho 08, deverá apresentar laudos do tecido principal e da ribana emitidos por laboratório de análise têxtil acreditado pelo INMETRO, com data de emissão no máximo de até 12 (doze) meses anteriores à data da sessão:

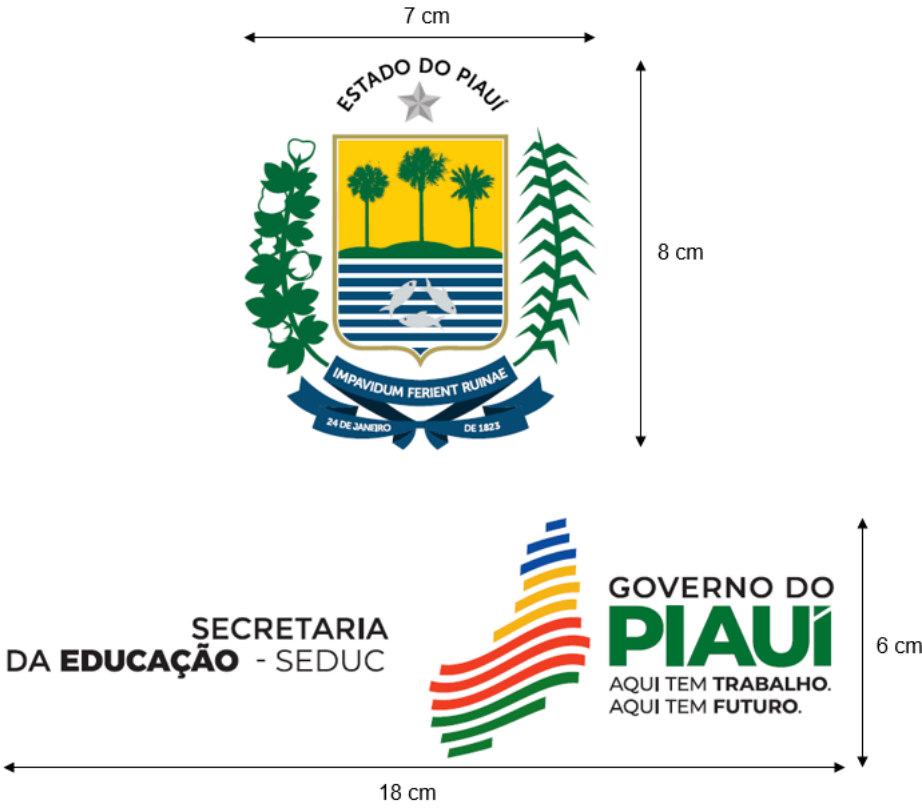
TECIDO PRINCIPAL	DA RIBANA
- Gramatura - NBR 10591/2008 - Determinação do fator de proteção UV – AS/NZS 4399:2017; - Análise Qualitativa e Quantitativa - ABNT NBR 13538:1995 e ABNT NBR 11914:1992; - Resistência ao estouro - NBR 13384 - Título do Fio em amostras reduzidas – ABNT NBR 13216:1994; - Estrutura de malhas – ABNT NBR 13460:1995 e 13462:1995; - Hidrofilidade – ABNT NBR 12853:1993; - Forma geométrica do Fio de Fibras Sintéticas; - Espessura Norma ABNT NBR 13371:2005; - % umidade - Solidez de Cor à Lavagem Doméstica e Comercial - ABNT NBR ISO 105-C06:2010; - Solidez da Cor ao Suor - ABNT NBR ISO 105-E04:2014; - Solidez da Cor à Fricção - ABNT NBR ISO 105-X12:2019; - Solidez da cor à água – ABNT NBR ISSO 105-E01:2014; - Solidez da cor a Ácidos e Alcalis – AATCC 6:2011; - Solidez da cor a Ação do Ferro de Passar à Quente – ABNT NBR ISSO 105-X11:2018;	- Gramatura - NBR 10591/2008 - Análise Qualitativa e Quantitativa - ABNT NBR 13538:1995 e ABNT NBR 11914:1992; - Resistência ao estouro - NBR 13384 - Título do Fio em amostras reduzidas – ABNT NBR 13216:1994; - Estrutura de malhas – ABNT NBR 13460:1995 e 13462:1995; - Solidez da Cor ao Suor - ABNT NBR ISO 105-E04:2014; - Solidez da cor à Água – ABNT NBR ISO 105-E01:2014; - Solidez da cor à luz artificial (xenônio) – ABNT NBR 105-B02:2019 - Solidez da cor à ação do Ferro de Passar à Quente- ABNT NBR ISO 105-X11:2018 - Sistema de Formação do Fio - Espessura de material têxtil – ABNT NBR 13371:2005 - Hidrofilidade – ABNT NBR 12853:1993



MEDIDAS (CM)	1	2	3	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG	XG	XXG
a) Altura	36	40	41	43	47	51	55	59	63	64	68	71	74	77	80	83
b) Largura	31	33	34	35	38	40	41	43	44	46	47	50	52	54	56	58
c) Abertura de Manga	10	10	10	11	11	12	14	15	16	17	17	18	19	20	21	22
d) Comprimento de Manga	19	21	22	23	25	28	29	31	32	34	37	39	41	43	45	47

MODELO DO LOGOTIPO COM MEDIDAS EM CENTÍMETROS

→ DEVE SER ESTAMPADO POR PROCESSO SILK-SCREEN



**ANEXO B**  
**MODELO DA CALÇA**

Confeccionada em malha interlock tipo helanca, composição 100% poliéster, fio oval, sendo o fio 1 = ne: 34,84 / tex: 16,93 / Dtex: 169,33 / DENIER: 152,40, com gramatura de 230g/m<sup>2</sup> (±5%), tecido antipilling o tecido deve ser avaliado em 7000 ciclos não podendo haver mudanças, com espessura de 0,82mm, resistente ao estouro sendo pressão média de 19,68Kgf/cm<sup>2</sup>, com no máximo 0,10% de umidade, tendo no mínimo 100% de elasticidade e no mínimo 10% de alongamento, solidez de Cor à lavagem doméstica e comercial com alteração mínimo 4, solidez da cor ao suor alteração mínimo 4, Solidez da Cor à Luz artificial (xenônio) alteração mínimo 3, solidez da cor à Fricção resultado mínimo 4 tanto para seco quanto úmido para o comprimento e largura, solidez da cor à ação do ferro de passar a quente com alteração após condicionamento de no mínimo 4, solidez da cor a ácidos e Alcalis com alteração mínima 4, solidez da cor à água alteração mínima 4, com 180s de hidrofiliade, tecido principal na cor verde **código escala Pantone HEX #217D40**

Na frente da calça, no lado esquerdo, deverá ser aplicado o brasão do Estado do Piauí, com as medidas de: brasão 8 cm de largura, sendo esse aplicado pelo processo de impressão automática de tinta. Na cintura deverá possuir elástico com largura de 4,0cm, embutido e rebatido com máquina de quatro agulhas ponto corrente. Na parte de trás, do lado direito deverá ser costurado um bolso, no mesmo tecido do corpo da calça, com máquina reta, medindo 12 cm de altura por 12 cm de largura (graduação para cada tamanho). Deverá ser costurada internamente com máquina overlock ou interlock. As barras deverão ser rebatidas com máquina reta de duas agulhas com largura de 2,0cm. Na parte interna do gancho da costa, deve ser costurada uma etiqueta em tecido tipo TNT, na cor branca, com os caracteres tipográficos dos indicativos na cor preta, devendo ser uniformes e informar a razão social, CNPJ, composição do tecido, símbolos de lavagem, tamanho, ano e país de fabricação. a tolerância de variação na gramatura poderá ser de até 5%; e nas medidas de até 1,0 cm. a linha utilizada para a confecção é 100% poliéster nº120.

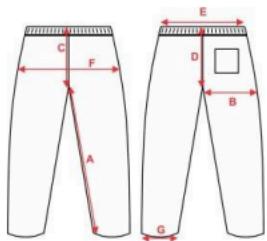
Todas as peças deverão ser embaladas separadamente em sacos plásticos transparentes. A peça deve estar isenta de qualquer defeito que comprometa a sua apresentação.

A imagem acima é ilustrativa, sendo que a SEDUC-PI poderá alterar o modelo adequando para sua cor, logotipo e modelo, para as amostras e laudos deverá seguir o modelo e especificação do Termo de Referência.

Juntamente com a amostra no tamanho 10, deverá apresentar laudos do tecido principal emitidos por laboratório de análise têxtil acreditado pelo INMETRO, com data de emissão no máximo de até 12 (doze) meses anteriores à data da sessão:

TECIDO PRINCIPAL- HELANCA
Análise Qualitativa e Quantitativa - ABNT NBR 13538:1995 e ABNT NBR 11914:1992;
Estrutura de Malhas - ABNT NBR 13460:1995 e ABNT NBR 13462:1995
Gramatura de Tecidos Planos e Malhas (metro quadrado ou metro linear) - ABNT NBR 10591:2008
Título do Fio em Amostra Reduzidas - ABNT NBR 13216:1994;
Solidez de Cor à Lavagem Doméstica e Comercial - ABNT NBR ISO 105-C06:2010;

TECIDO PRINCIPAL- HELANCA
Solidez da Cor à Fricção - ABNT NBR ISO 105-X12:2019;
Solidez da Cor à Água - ABNT NBR ISO 105-E01:2014;
Solidez da Cor ao Suor - ABNT NBR ISO 105-E04:2014;
Solidez da Cor à Luz artificial (Xenônio) - ABNT NBR ISO 105-B02:2019;
Solidez da Cor a Ácidos e Álcalis – AATCC 6:2011;
Solidez da Cor à Ação do Ferro de Passar à Quente - ABNT NBR ISO 105-X11:2018
Resistência ao Estouro de Materiais Têxteis - ABNT NBR 13384:1995;
% de Umidade Espessura de Material Têxtil Forma Geométrica do Fio de Fibras Sintéticas Pilling (Método Martindale) – ISO 12945-2:2020
Hidrofilidade - ABNT NBR 12853:1993
Determinação da Elasticidade e Alongamento - ABNT NBR 12960:1993



MEDIDAS (CM)	1	2	3	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG	XG	XXG
a) Entrepernas	40	43	45	46	49	52	58	63	66	68	73	76	79	82	85	88
b) Coxa	21	22	23	23	24	25	26	27	28	29	31	32	33	34	35	36
c) Gancho Dianteiro	18	19	20	21	22	23	24	25	27	28	28	29	31	32	33	34
d) Gancho Traseiro	22	23	24	25	26	28	28	30	31	32	33	34	35	36	37	38
e) Cintura	21	22	23	24	25	26	27	28	29	31	33	35	36	37	38	39
f) Quadril	39	40	40	41	42	42	43	44	46	47	50	51	52	54	55	56
g) Abertura da Perna	13	14	14	15	16	17	18	19	20	21	24	25	26	27	28	29

ENSAIO TÊXTIL TECIDO DA CALÇA/ COR DO TECIDO - VERDE HEX #217D40				
ENSAIO	NORMA	RESULTADO	UNID.	TOLERÂNCIA
GRAMATURA	ABNT NBR 10591/2008	270	G/M²	+/-5%
QUALITATIVA	ABNT NBR 13538/95	100% algodão	%	+/-3%

COR UTILIZADA NA CALÇA

COR DO TECIDO - VERDE HEX #217D40		
CÓDIGO OFF SET	CÓDIGO SILK SCREEAN	CÓDIGO DIGITAL
CIA: 80 MAGENTA: 0 YELLOW: 100 BLACK: 40	H: 140 S: 73 L: 49	RED: 33 BLUE: 64 GREEN: 125

Elaboração:  
**Leovídio Bezerra Lima Neto**  
Gerente de Planejamento da Contratação  
Diretoria de Licitação

Setor Demandante/Técnico:  
**Viviane Holanda Barros Carvalho**  
Superintendência de Gestão da Educação Básica e Superior- SUPES

Setor Administrativo:

**Maderson Amorim Dantas da Silva**  
Diretor da Unidade Administrativa - UNAD

**APROVAÇÃO PELA AUTORIDADE COMPETENTE**

Nos termos do art. 18 do Decreto estadual nº 21.872, de 07 de março de 2023 e art. 46, §6º da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, **APROVO o presente Termo de Referência** cujo objeto consiste na **contratação de empresa especializada no fornecimento de fardamentos escolares para atender às necessidades dos estudantes matriculados nas escolas da Rede Estadual de Ensino do Piauí, de modo a contemplar o Ensino Fundamental, Ensino Médio, Tempo Integral, EJA e Educação Profissional**, conforme as especificações, requisitos e quantidades estabelecidas neste documento, a fim de garantir o pleno desempenho das atividades administrativas e finalísticas realizadas pela Superintendência de Gestão da Educação Básica e Superior- SUPES da Secretaria de Estado da Educação do Piauí.

**Francisco Washington Bandeira Santos Filho**  
Secretário de Estado da Educação  
Secretaria da Educação do Estado do Piauí - SEDUC/PI



Documento assinado eletronicamente por **LEOVIDIO BEZERRA LIMA NETO - Matr.0171745-6, Gerente**, em 06/11/2024, às 20:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO WASHINGTON BANDEIRA SANTOS FILHO - Matr.1920716, Secretário de Estado da Educação**, em 06/11/2024, às 21:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **MADERSON AMORIM DANTAS DA SILVA - Matr.3451104, Diretor Administrativo**, em 06/11/2024, às 22:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **VIVIANE HOLANDA BARROS CARVALHEDO - Matr.0214899-4, Superintendente**, em 11/11/2024, às 10:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.pi.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **015306109** e o código CRC **4D312E57**.